

SÉRIE
MONOGRÁFICA

Cadernos de Pesquisa em Ciência Política

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA - UFPI

**CLASSE SOCIAL E POLÍTICA DE CLASSE - O PCB NA
REDEMOCRATIZAÇÃO DE 1945**

Francisco Pereira de Farias



ufpi

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

CLASSE SOCIAL E POLÍTICA DE CLASSE: O PCB NA
REDEMOCRATIZAÇÃO DE 1945.

Francisco Pereira de Farias

Teresina

Jan. 2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

Reitor

Prof. Dr. José Arimatéia Dantas Lopes

Pró-Reitor de Ensino de Pós-Graduação

Prof. Dr. Helder Nunes Cunha

Pró-Reitoria de Pesquisa

Prof. Dr. Pedro Vilarinho Castelo Branco

Superintendente de Comunicação Social

Profa. Dra. Jacqueline Lima Dourado

Diretor da Editora da UFPI

Prof. Dr. Ricardo Alaggio Ribeiro

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS - CCHL

Diretor: Prof. Dr. Nelson Juliano Cardoso Matos

Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

Coordenador: Prof. Dr. Vítor Eduardo Veras de Sandes Freitas

ENDEREÇO PARA CONTATO

Universidade Federal do Piauí

Campus Universitário Ministro Petrônio Portella

Centro de Ciências Humanas e Letras - CCHL

Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

Bairro Ininga - Teresina-PI

CEP 64049-550

Endereço eletrônico: www.ufpi.br/cienciapolitica

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Piauí
Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco
Serviço de Processamento Técnico

Cadernos de Pesquisa em Ciência Política [recurso eletrônico] /
Universidade Federal do Piauí. – v. 4, n. 1(jan. 2015)-.-

25 p.

Dados eletrônicos. - Teresina: UFPI, 2015 –

Sistema requerido: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso:

<http://www.revistas.ufpi/index.php/cadernosdepesquisa>.

ISSN: 2317-286X

EXPEDIENTE

Editor Responsável:

Prof. Dr. Raimundo Batista dos Santos Junior

Editor Assistente:

Prof. Dr. Ricardo Alaggio Ribeiro

CONSELHO EDITORIAL:

Profa. Dra. Ana Beatriz Martins do Santos Seraine

Prof. Dr. Bruno De Castro Rubiatti

Prof. Dr. Cleber de Deus Pereira da Silva

Prof. Dr. Francisco Pereira de Farias

Prof. Dr. Francisco de Assis Veloso Filho

Prof. Dr. Jesusmar Ximenes Andrade

Prof. Dr. Marcio André de Oliveira dos Santos

Profa. Dra. Monique Menezes

Prof. Dr. Nelson Juliano Cardoso Matos

Prof. Dr. Ricardo Alaggio Ribeiro

Prof. Dr. Raimundo Batista dos Santos Junior

Prof. Dr. Valter Rodrigues De Carvalho

CAPA

Sammy Lima e Luiz Gustavo Aragão da Silva, com interferências sobre a obra “Quadrocores”, da artista plástica Mariana Ribeiro. Arte Digital, 210x297 mm, 2015.

Cadernos de Pesquisa em Ciência Política

É uma publicação do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFPI com o objetivo de divulgar o resultado de pesquisas desenvolvidas por professores e alunos desse programa. Visa, então, a estimular o debate entre pesquisadores das áreas de Ciências Sociais através da difusão de ideias e informações balizada.

SUMÁRIO

1 Classes sociais e política de classe.....	7
2 A política do PCB (1945-47).....	15
3 Referências.....	25

CLASSE SOCIAL E POLÍTICA DE CLASSE: O PCB NA REDEMOCRATIZAÇÃO DE 1945.

Francisco Pereira de Farias¹

Resumo: O presente texto visa concretizar uma formulação geral sobre a classe social e a política de classe junto à experiência do PCB na retomada do regime democrático em 1945. As hipóteses de trabalho vão na seguinte direção: i) a classe social - condicionada pelas estruturas da totalidade social - implica dois tipos de agrupamento: a classe competitiva e a classe revolucionária; ii) a política de classe, uma tendência da classe trabalhadora assalariada, nasce em parte de sua condição de trabalho coletivo; iii) uma parte da classe trabalhadora brasileira não se encontrava subordinada à política do bloco no poder, apesar de, sob a liderança do PCB, buscar uma aliança com os representantes da classe dominante em favor de reformas (progressivas) políticas e econômicas. A metodologia da pesquisa consistiu basicamente na consulta a trabalhos monográficos, de caráter geral ou concreto.

Palavras-chave: Classe social. Política de classe. Democracia. Brasil

SOCIAL CLASSES AND CLASS POLITICS: THE PCB IN THE 1945 REDEMOCRATIZATION.

Abstract: This text aims to outline a general framework of social classes and class politics based on the experience of the PCB (Brazilian Communist Party) in the reestablishment of democracy in 1945. The hypotheses of work are listed as follows: I) social class – conditioned by the structures of social totality – is composed of two groups: the competitive class and the revolutionary class; II) class politics, a tendency of the working class, is partly formed by its condition of collective work; III) a portion of the Brazilian working class was not subject to the politics of the power bloc, in spite of, under the PCB leadership, seeking alliance with representatives of the ruling class in favor of political and economic (progressive) reforms. The methodology of this research consists of, basically, consulting general or concrete monographic papers.

Keywords: Social Class. Class Politics. Democracy. Brazil.

¹ Professor do Departamento de Ciências Sociais – UFPI.

1. Classes sociais e política de classe

As classes sociais

A sociologia enfrenta o problema da constituição e emergência das classes sociais, definidas com determinados poderes causais, revelados por seus efeitos. Uma proposição inicial, para a qual é importante a contribuição de Nicos Poulantzas², diz que as classes sociais são e não são efeitos das estruturas da totalidade social, formulação que leva em conta dois gêneros de agrupamento: a classe em luta por reformas (internas aos limites impostos pela vigência das estruturas valorativas) e a classe antagônica (tendente a transformar o modelo de sociedade).³

No primeiro caso, os grupos diferenciados pela posição na estrutura econômica - de um lado, os proprietários dos meios de produção e, de outro, os trabalhadores - e orientados pelo efeito personificador da estrutura jurídica-política, o que significa haver um grupo que se caracteriza pelo comportamento igualitário-burguês: ele procurará equalizar a margem de rentabilidade obtida pelo outro setor (trata-se de um comportamento de cidadania; um grupo não admite ter um tratamento desigualitário no que diz respeito à rentabilidade de seu fator de produção, instaurando o conflito) - tais grupos são induzidos à organização pelos efeitos das políticas do Estado, que repercutem sobre os seus interesses. Em outros termos, os grupos distinguidos pela combinação dos efeitos das esferas econômica e jurídico-política não se concretizariam de imediato no plano sócio-histórico, no qual teriam um caráter apenas potencial. A política do Estado, dependendo do impacto de suas medidas, seria o fator de aglutinação do sistema conflitual de classes: a classe proprietária procurando aumentar a exploração do trabalho, e a classe trabalhadora buscando melhorar as suas condições de vida dentro do modelo de sociedade.

No segundo caso, o grau de desenvolvimento das forças produtivas, um efeito cumulativo da reprodução da estrutura econômica, torna-se, a partir de certo patamar, disfuncional para a continuidade do tipo de relações de produção. Abre-se, então, um período de grande tensão social, no qual o sentimento da classe trabalhadora - de que a sua relação de trabalho não se justifica e o modelo de sociedade nela baseado configura

² POULANTZAS, Nicos. *Pouvoir politique et classes sociales*. Paris: Maspero, 1972.

³ A distinção entre os dois sistemas de classe (o reformista e o revolucionário) encontra-se proposta em SAES, Décio. Considerações sobre a análise dos sistemas de classe. In: Vários autores. *Marxismo e ciências humanas*. São Paulo: Xamã, 2003.

um obstáculo ao progresso social - corresponde a uma crise profunda nas instituições jurídico-políticas. Estão dadas, assim, as condições para a polarização de classes: os proprietários defendendo a manutenção do modelo de sociedade, e os trabalhadores lutando pela revolução política.

A análise do processo histórico, mais especificamente a teoria do desenvolvimento capitalista, levanta a possibilidade de “colapso” do sistema, pela emergência das condições do antagonismo de classes.

Paul Sweezy distingue dois tipos de crises cíclicas do capitalismo: a crise ligada à tendência decrescente da taxa de lucro e a crise de realização.⁴ Ambos os casos são possíveis como uma fase do ciclo econômico do desenvolvimento capitalista. São crises que não põem em questão a reprodução do tipo de economia. Assim, uma teoria da possibilidade de uma crise estrutural do sistema tem de ser buscada em outro lugar. Sweezy mostra que o fracasso das teorias do “colapso” foi decorrente de se buscar nos fatores das crises cíclicas do capitalismo os elementos de ruptura do sistema. Ele aponta que não são fatores de ordem interna à estrutura econômica que podem inviabilizar o modo de produção. Por conseguinte, são fatores de ordem externa à estrutura econômica que podem levar à sua crise de ruptura. É importante se encontrar esse fator externo da crise estrutural, senão se fica com a resposta de um ato puramente de vontade em abolir o sistema.

Para Sweezy o fator externo de ruptura da formação social capitalista serão as guerras interimperialistas: “as forças cruciais de oposição (socialista) surgem dentro das nações imperialistas, mas as condições para seu triunfo são estabelecidas pelas guerras de redivisão que constituem uma característica freqüente do imperialismo considerado como sistema internacional”.⁵ O argumento é de que a política econômica no contexto da competição interimperialista leva à oposição entre os interesses do capital e o trabalho, em especial em torno da cobertura dos gastos militares que podem ser extrapolados com a eclosão das guerras.

A argumentação de Sweezy parece perder força quando consideramos ao menos dois aspectos. Primeiro, ele tende a conceber o socialismo enquanto o capitalismo de

⁴ Cf. SWEEZY, Paul. *Teoria do desenvolvimento capitalista*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

⁵ Sweezy, 1983, p. 247.

Estado.⁶ Em realidade, as duas guerras mundiais do século XX não levaram ao socialismo (socialização dos meios de produção), mas à emergência do capitalismo de Estado (estatização das empresas) em alguns países. A socialização da política fica interdita se não há a correspondente socialização da economia. Segundo, não fica claro por que as perdas salariais da classe trabalhadora, em um conflito de guerra interimperialista, induziriam os trabalhadores à política anticapitalista.

Uma linha alternativa de resposta à questão da crise estrutural do capitalismo encontra-se esboçada nos trabalhos de André Gorz⁷, James O'Connor⁸, Jürgen Habermas⁹. A procura pelo superlucro conduz os capitalistas a tentativas permanentes de “revolucionar” a tecnologia, sendo o desemprego tecnológico, em consequência, não um fenômeno transitório. Embora certa taxa de desemprego, do ponto de vista capitalista, tenha um efeito “salutar” na redução de salários e na elevação do lucro, já que induziria à competição entre os trabalhadores pelos postos de trabalho, no longo prazo a tendência é o desemprego tecnológico deixar de ser funcional à economia capitalista. A disfuncionalidade do nível de desemprego seria um efeito colateral do grau de desenvolvimento das forças produtivas capitalistas, aparecendo a redução da jornada de trabalho como a alternativa capaz de impedir o “dualismo” da classe trabalhadora entre um decrescente grupo de empregados em tempo integral e uma crescente quantidade de desempregados, subempregados e casuais. Mas a possibilidade de as empresas pagarem salários constantes para declinantes quantidades de trabalho seria de difícil aceitação, pois isso levaria a distorções nos preços de custo, de forma que uma redução significativa do tempo de trabalho, sem perda da renda, apontasse para a necessidade de uma economia pós-capitalista. Um sintoma da crise estrutural da formação social seria o colapso da capacidade fiscal do Estado capitalista em prover políticas sociais, a fim de atenuar os efeitos da explosão das taxas de desemprego. Essa incapacidade fiscal do Estado capitalista tenderia a se expressar em uma crise de legitimidade desse Estado.

Em síntese, a operacionalização do conceito de classe social, em contextos de estabilidade social, envolve dois aspectos: um descritivo (a classe competitiva) e outro

⁶ Cf. Sweezy & Bettelheim, *Sociedade de transição: luta de classes e ideologia proletária*. Porto: Portucalense, 1971.

⁷ Cf. GORZ, André. *Les chemins du Paradis: l'agonie du capital*. Paris: Galilée, 1983.

⁸ James O'Connor. *USA: a crise do Estado capitalista*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1977.

⁹ Jürgen Habermas. *A crise de legitimação do capitalismo tardio*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2ª. Ed., 1994.

prospectivo (a classe antagonica).¹⁰ A greve pelo aumento de salário, por exemplo, torna-se manifestação da prática competitiva e apenas potencialmente da antagonica. Pelo que se pode afirmar que a classe proletária assume um estatuto, ao mesmo tempo, reformista e revolucionário. Como expressa Étienne Balibar, “*em realidade, existem sempre dois coletivos de trabalhadores, imbricado um no outro e formados dos mesmos indivíduos (ou quase), entretanto incompatíveis*”.¹¹

Em contextos de normalidade do modelo de sociedades históricas, a estrutura jurídica-política produz os efeitos ideológicos necessários à transformação do *antagonismo* de classes em *conflitos* de classes. No capitalismo, o direito – ao atribuir aos agentes do processo social de produção a forma de sujeitos livres e iguais, capazes de realizar contratos, em particular o contrato de trabalho – produz a ilusão da troca igualitária entre o uso da força de trabalho e o salário. Por essa via, a esfera jurídica redefine o interesse da classe trabalhadora de abolir a forma salário pelo objetivo do salário “justo”.

Por sua vez, a organização do aparelho de Estado com base na regra da universalidade ao acesso às suas tarefas induz à percepção de ser ele o representante do “interesse comum” do conjunto de indivíduos habitantes de um mesmo território – o povo-nação. Assim, a esfera burocrática estatal refaz o objetivo da classe trabalhadora - organizar-se para afirmar a incompatibilidade total dos “fins últimos” de classes - na direção de mobilizar-se em torno da forma interesse nacional. Em síntese, pelo efeito jurídico de ocultar a exploração do trabalho e pelo efeito político de imputar a identidade de cidadãos, o Estado converte o interesse “estratégico” da classe trabalhadora assalariada (abolir a forma de exploração do trabalho) em um interesse “imediate” (melhoria da participação na renda nacional).

As formulações acima se distanciam da abordagem da classe social em termos da constituição da classe “em si” e da classe “para si”. Um problema dessa distinção é que se tende a ver a primeira como um estrato, e somente a segunda como produtora de efeitos políticos. É o equívoco, por exemplo, de Anthony Giddens, que concebe o contraste de classe ‘em si’ e classe ‘para si’ fundamentalmente em termos de “relações de classes como um aglomerado de conexões econômicas por um lado e consciência de classe por

¹⁰ Cf. GARO, Isabelle. La bourgeoisie de Marx: les héros du marche. In : Vários autores. *Bourgeoisie: état d'une classe dominante*. Paris : Syllepse, 2001.

¹¹ BALIBAR, Étienne. *La philosophie de Mar*. Paris : La Découverte, 2001, p. 95.

outro”.¹² Mas, dessa maneira, poderíamos não detectar a atuação política da classe social em períodos normais da ordem social, uma vez que a rigor somente na situação de crise revolucionária se formaria a classe “para si”. Além disso, como caracterizar o grupo que agiria com “falsa consciência”? Finalmente, há o inconveniente da superposição dos sentidos de “estrato” e “classe” na noção de classe “em si” - o que não seria coerente com a premissa de que a classe social produz efeitos políticos. Evocar a cultura, como faz Klaus Eder, enquanto “o elo perdido entre classes e ação coletiva”¹³, atribuindo à classe “em si” uma espécie de presença simbólica, não resolveria a questão, pois faltaria ainda indicar as condições de existência desse grupo latente.

Ao tratar o problema de explicar a formação da classe social, Renato Perissinotto reformulou a questão, propondo substituir os termos da “ação direta” de classe pelos da ação dos seus “representantes” políticos.¹⁴ Para Perissinotto, a questão é como atribuir aos agentes políticos a representação de classe, aferindo critérios empíricos para tanto: interesses sustentados, discursos manifestos, origem social. Mas, a nosso ver, permanece o problema de indicar as condições de possibilidade e emergência da prática dos “representantes” de classe. As classes não são um princípio estruturador das práticas sociais; pois do contrário poríamos-las “dentro” das estruturas. As práticas de classe, em momentos de normalidade social, são antes um efeito das estruturas valorativas (econômica, jurídica-política, cultural). E por isso elas precisam ser explicadas em termos desses valores.

Política de classe

A burguesia tende a patrocinar um padrão político-ideológico de tipo individualizante, pois pela sua condição dominante, procura negar a existência mesma do conflito de classes,¹⁵ vendo nas formas de associação (sindicatos, partidos políticos) antes um instrumento dos indivíduos. Como observa Umberto Cerroni, a classe burguesa é “um mundo profundamente individualista, que concebe a esfera política como função garantidora da esfera privada”.¹⁶ Assim, para a classe capitalista, o parlamentar é o representante do indivíduo-cidadão, não devendo subordinar-se a pressão de tipo sindical

¹² GIDDENS, Anthony. *A estrutura de classes das sociedades avançadas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975, p. 125.

¹³ Cf. EDER, Klaus. *A nova política de classes*. Bauru-SP: EDUSC, 2002.

¹⁴ PERISSINOTTO, R. “O 18 Brumário e a análise de classe contemporânea”. *Lua Nova*, São Paulo, 71, 2007, p. 81-121.

¹⁵ Cf. PINÇON, M. et PINÇON-CHARLOT, M. *Sociologie de la bourgeoisie*. Paris: Découverte, 2000.

¹⁶ CERRONI, Umberto. *Teoria do partido político*. São Paulo: LECH, 1982, p. 15.

ou partidária. O sistema do voto, nesse caso, favorece o indivíduo-notável e não o partido político; esse último é visto com o objetivo de reunir em seu interior os grandes vultos.

O individualismo político pode assumir formas diferenciadas, oscilando entre, de um lado, práticas clientelistas e, de outro, práticas (aparentemente) universalistas. O clientelismo, ou seja, a busca de satisfazer interesses “privados” e “egoísticos”, não é incompatível com a ideologia do interesse nacional, pois se concebe que, do entrechoque de “vontades individuais”, poderia surgir um padrão “racional”. Já um comportamento aparentemente universalista é a expressão mesma da ideologia do povo-nação.

A democracia “individualizante” floresceu na Europa e nos EUA a partir dos anos de 1870 até a guerra de 1914. Maurice Duverger¹⁷ aponta dois conjuntos de fatores para o surto do “individualismo político” desse período. O primeiro diz respeito às organizações dos trabalhadores até a I Guerra Mundial, que estão um pouco à margem do regime político e não modificam o mecanismo das instituições, já que o centro da luta partidária se dá entre Liberais e Conservadores, o que expressa, em linhas gerais, o conflito entre a burguesia industrial ascendente e a aristocracia agro-mercantil declinante. O segundo conjunto de fatores refere-se ao crescimento demográfico e à urbanização, a ascensão de uma indústria baseada no carvão e no aço, a expansão dos meios de comunicação, o aumento das riquezas e da desigualdade de fortunas - o que traduz a expansão do capitalismo industrial. “Ao mesmo tempo, manifesta-se um declínio das religiões e o advento do cientificismo, um avanço do nacionalismo, uma extensão das conquistas coloniais e do imperialismo. Trata-se de um período dinâmico, caracterizado pelo desenvolvimento da economia, da ciência, das ideias e das artes”.¹⁸

Assim, talvez se possa dizer que o individualismo político, final do século XIX e início do XX, teve um papel em parte progressista com a conquista da hegemonia política pela burguesia industrial nos países da Europa e nos EUA. A nossa hipótese é que nas democracias capitalistas “neoliberais” das décadas de 1980/1990 houve o ressurgimento do padrão político-ideológico individualizante, depois de um intervalo da ascendência da “política de classe”, com a diferença de que a hegemonia política inclinou-se agora para as mãos das frações conservadoras do capital.

¹⁷ Cf. DUVERGER, Maurice. *As modernas tecnodemocracias*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

¹⁸ Idem, *ibidem*, p. 58.

A classe proletária, por sua vez, tem a possibilidade de procurar exercer um padrão político-ideológico “classista”. A partir de sua experiência no processo de trabalho socializado das empresas, o proletariado tende a ver-se como classe social. Nesse caso, o associativismo (comissões de empresa, sindicatos, partidos políticos) passa a ser visto como a expressão de uma “consciência coletiva” específica. Como indica Cerroni, a classe do trabalho assalariado valoriza a associação, inclinando-se, desde o seu nascimento, à “solidariedade mútua” e à “reciprocidade da coligação”.¹⁹ Dessa maneira, para o salarido, o deputado representa a classe social, tornando-se legítimas as pressões sindicais e partidárias. O voto é dado em função do partido político e não de indivíduos; o partido visa reunir um grande número de adeptos mais do que os grandes notáveis.

A política eleitoral classista contém uma representação subjetiva de classe, que pode assumir ao menos duas modalidades, uma indireta e outra direta. Na primeira, os agentes políticos mobilizam as oposições discursivas - como ricos e pobres, poderosos e necessitados, elite e povo – que remetem, de modo por assim dizer metonímico, à divisão da coletividade em classes sociais. Na segunda modalidade, os agentes utilizam os termos mesmos da relação de classes – “burguesia” e “proletariado”.

O partido político proletário caracteriza-se por elaborar um programa com dupla armadura, que mantém distintos os projetos “para o imediato” (as proposições a discutir e a adaptar na negociação com os outros) e “para o futuro” (o modelo antevisto e intencional de sociedade). Além disso, para prever reformas e metas possíveis, o partido proletário orienta-se por premissas teórico-científicas, em atenção às melhores teorias, “aquelas que permitem a previsão de certos desenvolvimentos e a realização ulterior de certos objetivos fundamentais”²⁰.

Podemos indagar em que condições constitui-se e emerge a política classista, a “reformista” e a “revolucionária”. Uma tentativa de resposta levaria em conta que: i) a socialização no processo de trabalho e os limites jurídicos-burocráticos da democracia capitalista concorrem para explicar a constituição da política classista por reformas; ii) a possibilidade de uma política classista revolucionária surge do enraizamento do antagonismo das classes sociais na totalidade do processo histórico.

Um dos elementos decisivos da grande indústria moderna consiste em pôr em causa o “processo de trabalho individual” (caráter artesanal) em proveito da emergência

¹⁹ CERRONI, Umberto. *Teoria do partido político*, cit., p. 15.

²⁰ PRESTIPINO, Giuseppe. *Le socialisme en Occident. Actuel Marx*, n. 3, 1988, p. 21.

do “trabalhador coletivo” (apoiado na divisão do trabalho). A coletivização do processo de trabalho leva o produtor direto à dupla e simultânea condição de trabalhador *interdependente* (tarefas encadeadas) e *independente* (atividades executadas isoladamente, nos limites impostos pela interdependência dos trabalhos). A tendência do proletariado à ação coletiva está, assim, relacionada à socialização do processo de trabalho.²¹

Por sua vez, o direito burguês, através da figura do contrato de trabalho, limita o objetivo da associação sindical dos trabalhadores à negociação das condições de venda da força de trabalho. O movimento sindical pode ser designado como classista quando não funciona como *força de apoio* às políticas do Estado e da classe dominante.²² Da mesma forma, o burocratismo burguês, por meio da regra do acesso a todos os membros da coletividade às tarefas do Estado, limita a ação partidária proletária ao propósito de barganhar concessões à fração hegemônica do capital, na suposição de negociar o interesse nacional.

Acrescente-se que, por um lado, o sentimento da luta revolucionária de classe tem como condição de possibilidade o papel da “filosofia” (ciência crítica) como o conhecimento da totalidade histórica, ao indicar o processo da ascensão, o desenvolvimento e o fim da exploração do trabalho. Por outro, a contribuição do “marxismo ocidental” (Korsch, Lukács, Gramsci) mostrou-se imprescindível para se ampliar os conflitos econômicos e políticos pela via da incorporação da dimensão cultural no âmbito da luta reformista de classe, o que significa ir além de uma visão simplificada do fato cultural como ideologia.²³

O partido do socialismo cindiu-se, como se sabe, na Europa desde o final do século XIX, em duas correntes: o socialismo constitucionalista, concebendo a transição para a sociedade socialista a partir de uma vitória eleitoral dentro da democracia capitalista, e o socialismo insurrecional, orientado pelo método da ação violenta para a conquista do poder de Estado. Do interior da primeira corrente, surge, por influência do pensamento econômico de John M. Keynes e da instituição do *welfare state*, nos anos de 1950, o partido social-democrático - cuja característica distintiva é a defesa de um capitalismo

²¹ Cf. ARTOUS, Antoine. *Travail et émancipation sociale: Marx et le travail*. Paris: Syllepse, 2003.

²² Cf. BOITO JR, Armando. Pré-capitalismo, capitalismo e resistência dos trabalhadores: nota para uma teoria da ação sindical. *Crítica marxista*, n. 12, 2001.

²³ Cf. MUSSE, Ricardo. Teoria e história do marxismo. *Jornal de resenhas*, v. 1, 2009.

com menos desigualdades sociais e o abandono do horizonte de uma transformação socialista da sociedade.²⁴ A segunda vertente, impulsionada pelo processo insurrecional ocorrido na Rússia de 1917, vai desembocar, desde a morte de Lênin, principalmente no partido de tipo staliniano, convertendo o centralismo democrático em centralismo burocrático e adquirindo uma feição militarista. Essas duas heranças “desviantes” do partido socialista – a social-democracia e o stalinismo – serão contestadas por caminhos diversos, com um ponto de convergência nas revoltas de 1968. Na herança das lutas sociais dessa conjuntura histórica encontraram-se os dissidentes dos Partidos Comunistas, os trotskistas, os maoístas, os ecologistas, as feministas, os cristãos revolucionários – formando o que se denominou o campo de uma nova esquerda anticapitalista ou socialista.

Pode-se dizer que, após a Segunda Guerra Mundial até a crise da década de 1970, tornou-se dominante na Europa ocidental um modelo de democracia “classista”, referindo-se aos governos de coalizão tanto do partido social-democrático quanto do partido socialista. O trauma da experiência do nazismo e do fascismo, a ajuda monetária americana, a fusão de capitais bancários e industriais em grandes empresas financeiras, as transformações capitalistas no campo e as novas vanguardas culturais foram elementos que contribuíram para moldar um contexto favorável à ascensão do “classismo”, que apresenta uma dupla face: de um lado, representa a aliança da classe trabalhadora assalariada com a burguesia capitalista em torno de reformas sociais e, de outro, significa a hegemonia do grande capital financeiro sob o modelo de política intervencionista.

2. A política do PCB (1945-47)

A transição para o capitalismo

No Brasil a partir da segunda metade do século XIX, as transformações econômicas - expansão do comércio, implantação das estradas de ferro, urbanização, novos serviços - ensejaram uma tensão com o regime de escravidão prevalecente na esfera das relações de produção. O resultado desse processo foi a eclosão do movimento abolicionista, que combinava a tática das fugas dos escravos das fazendas, a formação dos quilombos de novo tipo (junto às áreas urbanas) e a agitação política dos

²⁴ Convém lembrar que o partido autodenominado Social-Democrático na Alemanha, anteriormente à década de 1950, era, na verdade, socialista.

abolicionistas liberais nas cidades - culminando na aprovação junto ao Parlamento do projeto de abolição jurídica do sistema de trabalho escravo no país.

A essa revolução na esfera jurídica - implantando as normas do direito moderno-burguês (centrada na regra do tratamento igual a todos) e possibilitando a regulamentação do contrato de trabalho assalariado - correspondeu uma mudança na estrutura político-administrativa do Estado. As normas de organização “patrimonialista” (confusão entre os recursos da classe dominante e os recursos estatais) do Estado imperial (escravista) foram substituídas pelas regras do burocratismo (separação dos recursos da classe dos proprietários dos meios de produção daqueles da burocracia estatal) próprias do Estado republicano (burguês). A Proclamação da República (1889) e a nova Constituição (1891) difundiram o padrão de modernização burocrático-burguesa para as esferas do legislativo e do executivo do Estado e ensejaram as condições para a construção do discurso da comunidade de indivíduos do povo-nação, cujos interesses comuns estariam representados por essa burocracia profissionalizada e competente.

Lançadas as bases do Estado moderno-burguês (direito igualitário e burocracia profissional), que provêem as condições ideológicas (o contrato de trabalho e o povo-nação), para a reprodução e difusão da economia capitalista na formação social brasileira, especialmente nas cidades, cabe a indagação de qual era o caráter das relações de produção prevalentes no campo, onde se concentrava a maior parte da população até início da década de 1960.

Nesse ponto torna-se esclarecedora a análise da transição histórica (de um tipo de sociedade a outro), esboçada por Étienne Balibar. Balibar (1996) concebe uma defasagem, na sociedade de transição, entre a esfera política, que avança historicamente, e a esfera econômica, que permanece atrasada durante certo período. Em outros termos, e mais especificamente no caso da transição capitalista, a revolução jurídico-política instaura o predomínio da estrutura do Estado moderno-burguês no plano político, que passa a contribuir para a difusão do capitalismo urbano-industrial na formação social, mas na esfera econômica as relações de produção no campo permanecem prevalentemente de caráter não-capitalista, até que, especialmente nas transições em que não se dão as condições políticas de uma distribuição ampla de terras aos pequenos produtores, o capital industrial tenha condições de revolucionar a estrutura agrária.

Ora, é mais ou menos isso que ocorre no Brasil entre 1889 e 1964. O Estado nacional contribuiu para a difusão do capitalismo industrial nas cidades, em ritmo mais acelerado a partir de 1930, mas sem “tocar” na estrutura agrária emergida após a abolição escravista. Um ponto polêmico é saber qual a “natureza” das relações de trabalho no campo do Brasil nesse período.

“Caio Prado Jr. foi um dos principais contestadores de que as relações de produção dominantes no campo brasileiro, após a Abolição da escravidão, fossem de natureza pré-capitalista. Para ele, o colonato e a moradia – onde o trabalhador recebe um lote de terra para produzir em parte os bens de sua subsistência - seriam formas disfarçadas de trabalho assalariado. O seu argumento é que, em última análise, ‘o que se apresenta no terreno das relações de proprietários e trabalhadores da agropecuária brasileira é um mercado livre de trabalho’. Essas relações de trabalho seriam ‘formas de retribuição de serviços prestados em que por um motivo ou outro – mas sempre motivo de ordem circunstancial – o pagamento em dinheiro é substituído por prestações de outra natureza’. Porém, Prado Jr. reconhece que as práticas do ‘barracão’ (obrigação de comprar ou vender produtos no armazém do patrão) ou do ‘cambão’ (dias de trabalho gratuito ao patrão), amplamente difundidas, são reminiscências pré-capitalistas, ou seja, formas de sujeições pessoais que ‘contaminam’ as relações de trabalho livre.

“Autores como Décio Saes, Jacob Gorender e José de Sousa Martins elaboraram argumentos no sentido de caracterizar as relações de trabalho no campo brasileiro, após a Abolição, como de natureza pré-capitalista. Saes trata, em primeiro lugar, de indicar que a transição direta do modo de produção escravista para as relações de produção capitalistas está excluída, mediando-as as relações de produção servis. É que as forças produtivas escravistas não abrem a possibilidade de o produtor direto auferir sua subsistência no mercado, dado o baixo grau de desenvolvimento das forças produtivas.

‘O fato de, no quadro das relações de produção servis, o produtor direto (= camponês dependente) poder acumular algum lucro – o que praticamente não se dá no escravismo – permite o desenvolvimento de uma agricultura de alimentos e de uma produção artesanal. Ora, sem a existência prévia dessas, a massa dos produtores diretos não pode se transformar em trabalhadores assalariados, isto é, em vendedores de sua força de trabalho e, simultaneamente, em compradores de sua subsistência no mercado’.

“Em segundo lugar, Saes argumenta que o colonato e a moradia não são formas de trabalho assalariado.

‘Se o produtor direto (colono) produzia diretamente uma parte dos seus meios de subsistência, isso significa que, com o salário recebido, o produtor direto comprava no mercado apenas uma parte dos seus meios de subsistência. Nesse caso, a forma-salário (troca entre iguais) não se impunha ideologicamente ao produtor direto; este, ao produzir diretamente parte dos seus meios de subsistência, tinha inevitavelmente consciência de que realizava, de um lado, trabalho necessário e, de outro lado, trabalho excedente. Ou seja, o caráter restrito do salário, no colonato, impedia que a remuneração do colono em dinheiro produzisse o efeito de ocultar a este a distinção entre trabalho necessário e trabalho excedente’.

“Para Gorender, no Brasil pós-abolicionista, era impraticável, imediatamente, uma remuneração inteiramente monetarizada da mão de obra agrícola, sobretudo porque faltava ainda um ‘exército rural de reserva’ e ‘sem ele, sem ter esse exército de desempregados flutuantes, o aumento da demanda de braços elevaria os salários e frearia a viabilidade da plantagem nas novas condições pós-escravistas’. Por sua vez, Martins aponta que o colono não era um trabalhador individual, mas um trabalhador familiar. E acrescenta: ‘se o trabalhador produz diretamente ao menos uma parte dos seus meios de vida, destrói o caráter salarial da sua remuneração’.”²⁵

O Estado brasileiro após 1888-1891 já era de tipo moderno-capitalista. Portanto, a hegemonia política nesse Estado, no período de 1889 a 1964, devia ficar nas mãos das frações da nova classe dominante: seja o capital comercial, seja o industrial, ou ainda uma coligação dessas frações. Ora, um indício de que a grande propriedade fundiária pré-capitalista possuía uma condição política subordinada no interior do bloco no poder são as derrotas, ao longo desse período, de reivindicações estratégicas dos seus setores mais importantes: café, cana-de-açúcar, cacau, algodão e borracha.²⁶

Tocamos aqui no tema do papel político-eleitoral da propriedade fundiária, o “coronelismo”. O compromisso coronelício, como define Victor Nunes Leal, é “uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terras”.²⁷ Décio Saes aprofundou a análise da base desse compromisso:

²⁵ FARIAS, Francisco Pereira de. *Estado e classes dominantes no Brasil (1930-1964)*. Tese de Doutorado, Unicamp, 2010, p. 115-116.

²⁶ Para a análise da hegemonia política no período da República Velha (1889-1930), consultar Perissinotto (1994). Para o período de 1930-1964, ver Farias (2010).

²⁷ LEAL, Vitor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. São Paulo: Alfa-Omega, 2ª ed., 1975, p. 20.

Tal classe (os senhores de terras) pede o pagamento, pelos seus serviços eleitorais, de um preço sócio-político elevado: a intocabilidade da grande propriedade fundiária ao longo da industrialização capitalista. (...) Prestando serviços no plano eleitoral, ele (coronel) só faz consolidar sua posição no plano sócio-econômico, opondo obstáculos à sua eliminação (mediante a distribuição da terra) ou à sua transformação em empresário capitalista.²⁸

Para gozar de uma autonomia extralegal, e por essa via impedir a eclosão da revolta camponesa por uma reforma agrária nos seus domínios, os coronéis deviam ser governistas. De fato, o período democrático brasileiro de 1945-64 mostrou a força do partido da situação, o PSD, em contraposição ao principal partido de oposição, a UDN, em razão do peso do eleitorado rural (em 1960, 64% da população brasileira eram rurais). O compromisso do PSD com os coronéis impedia que o tema da reforma agrária entrasse na pauta do Congresso Nacional.

O programa de governo do PCB

O PCB nasce em 1922 filiado à IIIª Internacional Comunista, que era liderada pelo PC soviético, levando a que a concepção estratégica do PCB viesse a ser determinada pela orientação staliniana. A visão do socialismo, presente nos escritos de Stalin e levada à prática no modelo soviético, distancia-se do programa socialista, tal qual delineado nos trabalhos de Marx e Engels e anunciado na experiência da Iª Internacional Comunista.

Na URSS houve a implantação não do programa socialista, mas sim do modelo de capitalismo de Estado. Nesse modelo, o Estado é encarregado de controlar a propriedade dos meios de produção e de planificar a economia. A predominância dos planos centralizados se refere não somente à economia, mas também à cultura. A divisão do trabalho técnico e social é intensificada. O partido único torna-se o órgão supremo do Estado.

O programa socialista sustenta, ao contrário, a existência da proletarização dos meios de produção, que pode se expressar sob a forma de uma federação de conselhos dos produtores diretos. A economia é planificada de baixo para cima, em uma forma descentralizada. Há forte limitação da divisão técnica do trabalho pela automação desenvolvida e elabora-se uma nova civilização cultural, preocupada em submeter ao ser

²⁸ SAES, Décio. “Coronelismo e Estado burguês: elementos para uma reinterpretação”. In *Estado e democracia: ensaios teóricos*. Campinas: Unicamp, 2ª ed., 1998, p. 100-101.

humano as técnicas e os instrumentos mais poderosos. Os conflitos de interesses são canalizados por meio do pluralismo partidário.

O stalinismo terminou funcionando como a ideologia do capitalismo de Estado. Assim, a Internacional Comunista e o PC brasileiro, em particular, estavam comprometidos com a concepção estratégica de, em nome do socialismo, defender os interesses de uma burguesia de Estado. No entanto, desde a sua fundação, o PCB manteve uma coerência de objetivos táticos, sustentando que, nas condições históricas da sociedade brasileira, o programa de governo buscado pelo partido era de caráter “nacional-democrático”, e não ainda “socialista”. Houve mudanças de métodos quanto à perseguição dos objetivos táticos, agindo o partido de modo ora insurrecional, ora legalista.

O projeto econômico que veio sendo delineado a partir da década de 1920 foi o de viabilizar o desenvolvimento capitalista no Brasil – por meio da industrialização em bases privadas e nacionais e de uma ampla reforma agrária contra o latifúndio “semi-feudal”– para preparar a passagem ao “socialismo”. Devemos qualificar, porém, a afirmativa de que o PCB lutava por uma “revolução democrático-burguesa”. No sentido político, já havia ocorrido uma revolução burguesa no Brasil entre 1888-1891, embora não liderada pela burguesia. No processo de transição ao capitalismo, que se segue a essa revolução política (jurídico-administrativa), a mudança adquiriu um caráter econômico: a transformação das relações semi-servis no campo e a difusão do trabalho assalariado.

Em consonância com esse projeto econômico, o posicionamento do partido em boa parte das principais questões da política econômica do Estado divergia dos pontos de vista da burocracia estatal, que representava, na conjuntura do pós-1930, os interesses das frações politicamente coligadas da classe capitalista. Enquanto os dirigentes estatais tendiam a focar os problemas da inflação e do déficit externo a partir da relação com o desempenho da balança comercial do país, os Comunistas enfatizavam a falta de controles pelo Estado (especialmente sobre as remessas de lucro) e o bloqueio do mercado interno (pela ausência de uma reforma agrária e pela cooptação e a repressão da luta sindical). A atuação do PCB, no pós-1930, estava assim polarizada pelas temáticas da política salarial, da questão agrária e do imperialismo.²⁹

²⁹ Cf. BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

A conjuntura de 1945-47

O golpe de 1945, agitado pela UDN, marcou uma tentativa pelo capital mercantil de reconquista da hegemonia política, perdida em 1930. A UDN pregava uma volta aos princípios do liberalismo econômico, ideologia bem acolhida pelos representantes diretos do capital mercantil.

As primeiras medidas que marcaram a virada liberal da política econômica, depois do Estado Novo (1937-1945), foram tomadas pelo presidente provisório José Linhares e aprofundadas nos dois primeiros anos do governo Dutra. Os contatos de Dutra com a UDN contribuem para explicar que o início de seu governo seja marcado pelo horizonte liberal em matéria de política econômica e tenha incluído no ministério membros desse partido. Entre 1946 e 1947, essa orientação refletiu-se na liberalização das importações e, principalmente, no esvaziamento dos órgãos estatais construídos durante a guerra para garantir o sistema de controle direto das importações. Os princípios de livre comércio e a liberdade garantida às remessas de capital para o exterior não sofreram restrição significativa, apesar da oposição dos “dirigistas”.

A partir da segunda metade de 1947 foram adotadas, porém, medidas mais heterodoxas. Diante da queda abrupta das reservas cambiais das importações, retornou-se à política de controles, através de um sistema de licenças em favor das importações essenciais para a industrialização, combinado com uma taxa cambial progressivamente sobrevalorizada. Tais medidas discriminavam os setores exportador/importador. Nesse contexto, a formulação do plano SALTE pode ser considerada uma expressão da volta, por razões pragmáticas, da orientação nacional-desenvolvimentista, na segunda metade do governo Dutra.

O PCB, após a derrota da tentativa insurrecional de 1935, orientou-se para uma linha constitucionalista, engajando-se no processo de redemocratização de 1945. O partido passara a defender, desde 1943, no contexto da participação do governo brasileiro na guerra contra o eixo nazi-fascista, a política de “União Nacional”. O apoio ao governo Vargas em sua intervenção no conflito internacional tinha como contrapartida a

reivindicação da volta da democracia e a anistia aos presos políticos, incluindo o líder do PCB, Luiz Carlos Prestes.³⁰

Com a volta da legalidade dos partidos em 1945, incluindo o PCB, o partido lançou candidato a Presidente da República, obtendo cerca de 10% dos votos, além de conquistar uma expressiva bancada na Assembleia Constituinte de 1946. Na Constituinte, a bancada comunista debateu os temas que polarizavam a classe trabalhadora, mas estava em posição minoritária. A avaliação de um analista é de que, na Carta do Pós-Guerra, “os homens que a redigiram (...) foram fortemente influenciados pelas ideias do liberalismo econômico, das quais o Estado Novo se havia desviado”.³¹

A força eleitoral dos Comunistas apoiava-se no movimento de trabalhadores. Foi assim que, nas eleições de 1945, a maioria dos trabalhadores na cidade de São Paulo votou no PCB. Além disso, dos 14 deputados comunistas eleitos à Assembleia Nacional Constituinte, 9 seriam identificados como de origem na classe trabalhadora. O PCB tinha influência preponderante na Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria (CNTI) e na Confederação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Crédito (CNTEC). Os militantes comunistas controlavam o maior sindicato do Brasil, o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de São Paulo. A imprensa e os meios de propaganda do PCB, diferentemente de seus opositores não-comunistas nas grandes cidades, dedicavam-se à causa do movimento de trabalhadores.³²

Os trabalhadores jogaram um papel ativo na conjuntura da redemocratização de 1945, em especial com a greve nacional dos bancários como o ponto alto do movimento trabalhista nesse contexto. “Tinham os bancários conseguido que seus sindicatos assumissem e coordenassem uma greve iniciada para pressionar o Estado; obtiveram que o PCB assumisse uma posição ao menos mais combativa”.³³ O PCB surgia “para milhares de trabalhadores, não como o partido que mandava ‘apertar os cintos’, mas como o partido

³⁰ Alguns autores deslizam do termo “aliança de classes” para o de “colaboração de classes” no que diz respeito à política do PCB de União nacional. Isso gera uma ambigüidade, ao falar da posição independente do PCB no quadro da aliança com Vargas e, ao mesmo tempo, ao dizer que o partido assume uma posição dependente em sua ligação com o governo.

³¹ GIOVANETTI NETO, Evaristo. *O PCB na Assembleia Constituinte de 1946*. São Paulo: Novos Rumos, 1986, p. 80.

³² Cf. CHILCOTE, R. *Partido Comunista Brasileiro*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

³³ FRANK ALEM, Silvio. *Os trabalhadores e a “Redemocratização”*. Dissertação de Mestrado, Unicamp, 1981, p. 141.

que desafiava a exploração econômica, a miséria”.³⁴ Com isso, “um novo padrão de relacionamento entre o Estado e o movimento sindical foi sendo paulatinamente estabelecido, à medida que os sindicatos, a maioria deles sob a influência do PCB, foram se colocando na direção das lutas econômicas dos trabalhadores”.³⁵

Para Frank Alem (1981), teria sido quando o PCB se aproximou das reivindicações econômicas dos trabalhadores, e não por motivo de sua política de “União Nacional” (interpretada pelo autor como “colaboração de classe”), que o partido ganhou expressão político-eleitoral. A nosso ver, a política de “União Nacional” não precisa ser contraposta à luta de base nos sindicatos. A aliança PCB-Vargas pode ser lida como uma aliança da classe trabalhadora com o projeto de industrialização do Estado, projeto que não era inteiramente coincidente com o da burguesia industrial privada. Nesse contexto, o Estado capitalista brasileiro representava não a hegemonia da burguesia industrial, mas os interesses coligados das frações do capital. Em outros termos, o partido, quando se alia com Vargas, tratava como “amigo” o conjunto da burguesia brasileira.³⁶ Além disso, um sinal da autonomia do partido nessa aliança era que ele não adotava, em questões importantes (inflação, déficit externo, salário, questão agrária, imperialismo), a ideologia econômica do nacional-desenvolvimentismo, dominante no Estado.³⁷

A posição do PCB frente aos primeiros anos do governo Dutra não poderia deixar de ser crítica, apesar da linha política do partido de União Nacional. Embora tivesse o cuidado de evitar um ataque sistemático ao governo do general Dutra, está presente no discurso Comunista a preocupação com os enclaves liberais e conservadores no governo. A referência à III Conferência do PCB em julho de 1946 é sintomática da sua linha de aliança de classes: “acatar as decisões das autoridades e lutar pela solução pacífica dos problemas nacionais, não significa ficar de braços cruzados nem conformar-se oportunisticamente, sem protesto, com as arbitrariedades e violências”.³⁸ Em 1947, a pretexto de que o PCB estaria atrelado aos interesses da URSS, o governo Dutra aprovou a cassação dos direitos políticos do partido e recrudescer a repressão ao movimento sindical sob a influência do PCB, a exemplo das categorias dos portuários e bancários.

³⁴ Idem, p. 195.

³⁵ Ibidem, p. 231.

³⁶ Convém se problematizar a relação do partido com a burguesia industrial, em particular.

³⁷ Cf. BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

³⁸ CARONE, Edgard. *O PCB (1943-1964)*. São Paulo: Difel, 1982, p. 67.

Enfim, uma parte da classe trabalhadora não se encontrava subordinada à política do bloco no poder, apesar de buscar uma aliança com os seus representantes, em favor de reformas políticas e econômicas. Como observou um analista, movendo-se em um quadro teórico que opõe “autonomia” a “alianças”, vários autores generalizaram para todo o período da redemocratização de 1945 a política “colaboracionista” que teria marcado o PCB, cancelando ou minimizando “os sinais de dissidência” do partido em relação a Vargas e a Dutra.³⁹

³⁹ Cf. BRANDÃO, Gildo Marçal. *A esquerda positiva: as duas almas do Partido Comunista – 1920/1964*. São Paulo: Hucitec, 1997, p. 242.

Referências

- ARTOUS, Antoine. *Travail et émancipation sociale: Marx et le travail*. Paris: Syllepse, 2003.
- BALIBAR, Étienne. « Sur les concepts fondamentaux du materialisme historique ». In Louis Althusser e outros. *Lire le Capital*. Paris: PUF, 1996.
- BALIBAR, Étienne. *La philosophie de Marx*. Paris: Découverte, 2001.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.
- BOITO JR, Armando. Pré-capitalismo, capitalismo e resistência dos trabalhadores: nota para uma teoria da ação sindical. *Crítica marxista*, n. 12, 2001.
- BRANDÃO, Gildo Marçal. *A esquerda positiva: as duas almas do Partido Comunista – 1920/1964*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- CARONE, Edgard. *O PCB (1943-1964)*. São Paulo: Difel, 1982.
- CERRONI, Umberto. *Teoria do partido político*. São Paulo: LECH, 1982.
- CHILCOTE, R. *Partido Comunista Brasileiro*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
- DUVERGER, Maurice. *As modernas tecnodemocracias*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- EDER, Klaus. *A nova política de classes*. Bauru-SP: EDUSC, 2002.
- FARIAS, Francisco Pereira de. *Estado e classes dominantes no Brasil (1930-1964)*. Tese de Doutorado, Unicamp, 2010.
- FRANK ALEM, Silvio. *Os trabalhadores e a "Redemocratização"*. Dissertação de Mestrado, Unicamp, 1981.
- GARO, Isabelle. “La bourgeoisie de Marx: les héros du marche». In : Vários autores. *Bourgeoisie: état d'une classe dominante*. Paris: Syllepse, 2001.
- GIDDENS, Anthony. *A estrutura de classes das sociedades avançadas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- GIOVANETTI NETO, Evaristo. *O PCB na Assembleia Constituinte de 1946*. São Paulo: Novos Rumos, 1986.
- GORZ, André. *Les chemins du Paradis: l'agonie du capital*. Paris: Galilée, 1983.
- HABERMAS, Jürgen. *A crise de legitimação do capitalismo tardio*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2ª. Ed., 1994.
- LEAL, Vitor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. São Paulo: Alfa-Omega, 2ª ed., 1975.
- MUSSE, Ricardo. “Teoria e história do marxismo”. *Jornal de resenhas*, v. 1, 2009.

- O'CONNOR, James. *USA: a crise do Estado capitalista*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1977.
- PERISSINOTTO, R. *Classes dominantes e hegemonia na República Velha*. Campinas: Unicamp, 1994.
- PERISSINOTTO, R. “O 18 Brumário e a análise de classe contemporânea”. *Lua Nova*, São Paulo, 71, 2007.
- PINÇON, M. et PINÇON-CHARLOT, M. *Sociologie de la bourgeoisie*. Paris: Découverte, 2000.
- POULANTZAS, Nicos. *Pouvoir politique et classes sociales*. Paris: Maspero, 1972.
- PRESTES, Anita Leocádia. *Da insurreição armada (1935) à ‘União Nacional’ (1938-1945)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.
- PRESTIPINO, Giuseppe. Le socialisme en Occident. *Actuel Marx*, n. 3, 1988.
- SAES, Décio. “Coronelismo e Estado burguês: elementos para uma reinterpretação”. In *Estado e democracia: ensaios teóricos*. Campinas: Unicamp, 2ª ed., 1998.
- SAES, Décio. Considerações sobre a análise dos sistemas de classe. In: Vários autores. *Marxismo e ciências humanas*. São Paulo: Xamã, 2003.
- SWEEZY, Paul. *Teoria do desenvolvimento capitalista*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- SWEEZY, P. & BETTELHEIM, C. *Sociedade de transição: luta de classes e ideologia proletária*. Porto: Portucalense, 1971.